

Diálogos sobre Educação Ambiental – por Marcos Sorrentino*

***Marcos Sorrentino, é professor e ambientalista, pedagogo e biólogo, e coordena o Laboratório de Educação e Política Ambiental – Oca, da Esalq/USP.**

Tempos sombrios como os que estamos vivendo podem levar à depressão ou instigar a ir ao encontro de outras pessoas, para buscar ânimo, resistir e transformar essa realidade.

Ontem o Secretário do Ministério do Meio Ambiente falou sobre a urgência histórica da questão ambiental. Urgência e paciência histórica apontam para um diálogo essencial - a ecologia política.

Já foi muito bem enfatizada aqui a ecologia individual, a ecologia social e a ecologia profunda. Não tenho muito a acrescentar ao que as colegas já trouxeram, mas gostaria de enfatizar a ecologia política, consciente das dificuldades que existem para tratar sobre esse tema nos dias atuais.

Para contextualizar essa questão quero trazer uma cena do cotidiano, que vivenciei hoje, quando vinha aqui para o evento. Tinha um moço cego caminhando na minha frente. Ele me deixou muito intrigado sobre como conseguia se virar para ir ao seu destino, porque muitas calçadas estavam quebradas, carros estavam parados em locais proibidos e outros contratempos que dificultavam o caminhar. Em um determinado momento, ao atravessar a rua bateu em um carro parado incorretamente. Contornou-o, mas na calçada seguinte tinha uma árvore grande e ele se perdeu no emaranhado das suas folhas e galhos. Depois, semáforos sem som – muito útil para as pessoas saberem o tempo da travessia - contratempos que foram resolvidos, às vezes, por bons cidadãos e boas cidadãs que ajudavam, motoristas que paravam, ou mesmo pela persistência e experiência daquele jovem.

Fiquei me perguntando sobre o conjunto de fatores relacionados à plena realização daquele moço cego, ou dos moços cegos, cadeirantes, idosos, crianças e outros que precisam se deslocar a pé pelas calçadas de uma cidade.

Na semana passada, trouxe um deficiente auditivo para dar uma palestra aos estudantes de uma disciplina pela qual sou responsável. Ao contar

sua história de vida, ele nos emocionou. Sua família e a compreensão médica, psicológica e pedagógica da época em que era criança, prescreviam aos surdos não mudos, que exercitassem a fala e, não a linguagem de sinais. Na adolescência, ao conhecer outros surdos, começou a se comunicar com eles por linguagem de sinais e nisto se encontrou e se livrou dos incômodos de um aparelho que precisava utilizar nos ouvidos e dos esforços que precisava fazer para tentar pronunciar as palavras. Conheceu uma menina, falante, que se tornou sua namorada. Ela o estimulou a voltar para a escola, quando mandou um bilhetinho dizendo que o amava, mas ele não conseguia ler. Hoje ele é professor de crianças surdas lá em Piracicaba.

Essas duas rápidas histórias me fizeram pensar no papel das políticas públicas de educação ambiental. Da mesma forma ontem, no depoimento da diretora da ANA, quando disse que ficou feliz quando ouviu seu neto de quatro anos dizer que tinha que economizar água por causa do racionamento. Fiquei pensando, revelou a alegria, mas não a tristeza de estar à frente da Agência Nacional de Águas e vivenciar uma situação de descalabro público - faltar água na capital de um país maravilhoso, com uma natureza generosa e com tanta abundância de água.

Essas pequenas histórias podem nos ajudar a pensar no tema Educação Ambiental e Políticas Públicas, como um exercício de conectar dramas e desafios individuais aos processos educadores artesanais, e eles (dramas, desafios, ações e processos educadores) com as pactuações coletivas transformadas em políticas públicas. Políticas voltadas a atender e comprometer todos e cada um, responsabilizando-os com a sua efetividade.

Política pública significa consciência individual, participação, envolvimento, cuidados com a coisa pública, conexão com algo que transcende o dia a dia. Pedagogia voltada ao aprendizado do indivíduo e da coletividade é também política, é também política pública.

Saberes educadores ambientalista dialogam com pedagogia, política pública e ação direta. Voltarei a elas mais para adiante.

Essas três dimensões precisam estar no cotidiano da educadora e do educador ambiental, como desafio para a construção das nossas intervenções na sociedade. Se não nos debruçarmos sobre essas três dimensões simultaneamente, tudo será perfumaria, descartável, passará o tempo e ao

olhamos e analisarmos o realizado e seus impactos constataremos que nada melhorou.

Quantos Comitês de Bacia foram criados, quantas pessoas a eles se dedicaram e acontece esse crime do Rio Doce? Quando aqui foi falado sobre o São Francisco, pensei: ele está sendo transposto, mas não foram implantadas todas as atividades de recuperação que foram anunciadas. As empresas que causaram o desastre/crime de Mariana continuam impunes, e não há modificações substantivas nas políticas de licenciamento e fiscalização que possam nos deixar tranquilos em relação a não ocorrência de novos desastres.

Como é possível falar em evolução da educação ambiental? Estou feliz, porque as crianças hoje falam de meio ambiente, mas e daí? Temos hoje duzentos e tantos Comitês de Bacia, mas para que servem esses Comitês, se não conseguem deter os crimes ambientais, nem mudar profundamente a consciência e a estrutura política para que não tenhamos mais corruptos, corruptores e mentirosos à frente das políticas públicas?

Falar de educação ambiental para a gestão das águas é diferente de educação ambiental e gestão das águas; ou educação para a sustentabilidade, é diferente de educação e sustentabilidade. A educação ambiental, educação irrigada pelo ideário ambientalista, é uma qualidade de quem educa(se) e não limita o fazer educador a uma finalidade instrumental, a um adestramento para economizar água, não jogar lixo no chão, plantar árvores, ou utilizar uma linguagem politicamente correta. Ela deve destinar-se à emancipação humana.

Cada um e todos caminhando em busca de seus ideais de realização como ser humano. As temáticas problematizadoras podem ser a água, a bacia hidrográfica, os resíduos sólidos urbanos, os riscos socioambientais, mas eles não são fins em si próprios. São pretextos, ainda que extremamente relevantes, para um objetivo maior de Sermos Humanos educados e responsáveis por cuidar da vida e do bem comum. Quando educamos com profundidade a pessoa será gestora de água, será sustentabilista, ou poderá ser tudo que colocar-se como objetivo, mas acima de tudo, será ela mesma, um Ser que se constrói como Humano, na busca por seus propósitos existenciais. Resgatar a centralidade do processo educador ambientalista comprometido com transformações sociais profundas. Trabalhar simultaneamente transformações humanas e nas sociedades humanas, a partir

da pedagogia, da ação direta e da política pública.

Nesta introdução, ainda quero conversar um pouco sobre o tema deste evento: “diálogos inspiradores”. Como inspirar pessoas, se estou tão desanimado? Como dialogar com vocês em tempos de polarização estúpida entre coxinhas e vermelhos, entre dilmistas e temerosos, entre pragmáticos e sonhadores, entre homens e mulheres, entre machistas e não machistas, entre defensores da ordem e progresso e anarquistas e outros adeptos da ação direta não burocrática. Como inspirar-me em tempos tão sombrios em todas as esferas e instâncias do existir? Não será necessário, com este público, entrar em detalhes sobre a degradação socioambiental e as características mais assustadoras do mundo que vivemos, que a mídia sabe tão bem divulgar, mas é incapaz, ou não quer analisar, ou melhor, não quer possibilitar que as pessoas analisem em profundidade, buscando nexos de causalidade e conseguindo estabelecer uma agenda de prioridades para enfrentar as degradações provocadas por esse modo hegemônico de produção e consumo. É necessário resistir, mas é necessário, nesse temeroso mar de iniquidades, construir um *modus operandi* capaz de incrementar a potência de agir.

Tudo que tinha para falar de negativo, já foi dito, não precisa mais.

Para incrementar a potência de agir um bom caminho é o do diálogo. Martin Buber escreve sobre a importância do diálogo Eu-Tu, para além do diálogo Eu-Isso. O diálogo “eu-isso” é necessário, ajuda em muitas coisas, mas é preciso reaprender o diálogo “eu-tu”, a necessidade e a possibilidade de se perder no outro, seja o outro a natureza, outro ser humano, Deus, ou eu próprio. Mergulhar profundamente, me conhecendo, como caminho para conquista da própria felicidade.

Tem um autor chamado Bertrand Russell, que escreveu “A conquista da felicidade”. Ele faz coro com Edgar Morin, Krisnamurti e muitos outros que colocam a essencialidade do visitar os propósitos existenciais. O que busco nesta tão rápida passagem pela Terra? O que me realiza como ser humano?

Arqueologias virtuais do presente, como dela escreve Boaventura de Sousa Santos. Exercícios de anamnese e de autoconhecimento, podem propiciar desprendimento, desapego de tanta vontade de “enricar”, de enriquecer, de ter bens materiais acumulados, mas na hora que a carcaça vai para baixo da terra não vão com você. É para deixar para os descendentes? É

para ficar com o nome na rua, na cidade, na obra realizada?

Hannah Arendt escreve sobre três serem os sentidos que motivam a existência humana. O da sobrevivência, extremamente importante, mas assim que conquistada as condições básicas de bem-estar pessoal e familiar, emergem outros dois: eternidade e imortalidade. Imortalidade, o próprio nome numa rua, a herança para os filhos: “era um bom homem, deixou tudo isso para nós”. Eternidade, quando não pautada pelas igrejas e religiões, com promessas de acesso aos Campos Elíseos, ao Paraíso, Nirvana etc., em troca de comportamentos mundanos aceitáveis por elas, pode ser um sentimento de conexão com o universo, de conexão com a vida.

Sobre isto escreveram Buber, Russell, Morin, Boff, dentre outros. O Papa Francisco, na encíclica sobre ecologia, e em outras falas e textos, recoloca a questão de ainda termos, em pleno século XXI, pessoas sem teto, sem terra e sem trabalho. São direitos humanos fundamentais, assim como o de alimentar-se e o de ter acesso a água. Todos os humanos que estão no planeta hoje e os que aqui vierem a habitar, devem ter a possibilidade plena de acesso ao teto, a terra e ao trabalho para terem alimentos saudáveis, água e dignidade humana. Atuar neste sentido é uma obrigação para cada um de nós.

Esses autores e muitos outros estão sintonizados com aquilo que mais profundamente fala às nossas almas, essa busca mais essencial que pode ser nomeada por busca pela eternidade, busca por motivações que vão além dos prazeres fugazes. Paro por aqui essa provocação sobre o diálogo que olha para o passado, busca compreender as vozes do presente, inclusive as que tem sido silenciadas, mas procura caminhar na construção de um futuro melhor.

Mas o que é a ação educadora ambientalista e protetora das águas? Quero compartilhar com vocês quatro reflexões sobre isto.

Primeiro, a dimensão da legitimidade democrática, do sentir-se pertencente e engajado em um movimento educador ecossocialista e pelo bem viver - recuperando o conceito de bem viver que existe entre povos nativos do Continente que vivemos. Regina falou sobre países que assumiram o direito dos rios. Há outros que reconhecem os direitos dos animais. A Constituição da Bolívia e do Equador trazem a perspectiva de um Estado Plurinacional. É uma vergonha no Brasil termos mais de duzentas línguas, cerca de trezentos povos

nativos e os ignorarmos. Só falamos o português e somos uma única nação?

Uma vez, quando a ex-ministra Marina Silva foi condecorada pelos militares, tive a oportunidade de acompanhá-la no almoço que lhe ofereceram. Nas conversas durante a refeição perguntaram o que ela pensava da questão indígena na Amazônia. Acabei entrando na conversa mencionando algo sobre a importância das nações indígenas. Nações indígenas? Fulminaram-me com os olhos e um deles disse: somos uma única nação. Tudo bem, é possível nomear como povos, mas não se pode ignorar que somos diversos e que a diversidade é a nossa maior riqueza. É preciso trabalhar o direito dos usos diversos da terra, direito dos povos tradicionais, dos povos que aqui vieram, e aqui vivem, mas direito também dos animais, das plantas, dos agricultores familiares, dos quilombolas. Não é uma concessão para bicho-grilo, para ambientalista maluco que é contra o progresso, ou para comunistas.

Áreas Protegidas - Preservação Permanente, Reservas Legais, Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Quilombolas, são a expressão de um mínimo compromisso com as outras espécies que coabitam este planeta.

Não é possível ficarmos nesse discurso apequenado e apequenador de que estamos perdendo terra destinada à produção. É uma mentira que é propalada e as pessoas acabam achando que é evidente. Vocês sabem quantos milhões de hectares têm no Brasil? Alguém sabe? No ensino médio vocês não aprenderam? Oito milhões quinhentos mil quilômetros quadrados. Quanto dá em hectares? Oitocentos e cinquenta milhões de hectares. Sabe o quanto é ocupado por agropecuária? Aproximadamente 1/3, 280 milhões; desses 280 milhões de hectares, sabe o quanto é por pecuária e quanto é pela agricultura? Veja o grau de alienação, esse público seletivo não ter ainda parado para pensar nessas coisas e muitos de nós acabamos repercutindo a falsidade das informações propagadas pela mídia de que tem que mudar o Código Florestal, porque não pode perder Reserva Legal e APP, não pode ter Unidade de Conservação, área para índio: “imagina, esses vagabundos! tem que ter área para produção”, pensem nos tamanhos das terras. A área de pecuária no Brasil é duzentos milhões de hectares, com 70, 80 milhões de hectares, nós produzimos todas as outras culturas para a nossa alimentação, uma pequena parte para a agricultura familiar, que traz 70% do nosso alimento e outra parte

para a agricultura de Commodities. Mas não vou entrar nessa polêmica agora, nós podemos entrar depois. Vamos pensar nos duzentos milhões de hectares destinados a pecuária. Qual é o número de cabeças de gado bovino que tem por hectare no Brasil. Segundo alguns estudos, em média menos de uma cabeça por hectare, tem gente que tem duas, três, o que significa isso? Eu trabalho em uma escola de agricultura e os profissionais da área dizem que com um simples piqueteamento do pasto, que não exige alta tecnologia, você aumenta para duas cabeças de gado por hectare. Então, seria possível manter a mesma produção bovina, reduzindo em 100 milhões de hectares. Mais do que dobraria a área de agricultura no país. Então, não cedam e não repercutam este discurso raivoso, e mentiroso de que não é preciso fazer reforma agrária neste país.

Não precisa ser comunista, socialista para defender a reforma agrária. O Japão fez reforma agrária, o Estados Unidos fez reforma agrária, mas precisa ser ecossocialista, precisa ter o socialismo na cabeça, mas o socialismo de querer o bem comum, de querer o bem de todos, o socialismo da inclusão e não a ganância.

Sejamos inteligentes, racionais, reflitamos sobre os números e cheguemos à conclusão, ou às conclusões sobre como bem fazer os usos da terra nesse nosso país. Esse é o primeiro ponto que queria trabalhar, no campo da ecologia política.

O segundo, pensar no sistema financeiro internacional. Vejam dois filmes extremamente esclarecedores sobre isso, um se chama (R)evoluções Invisíveis e o outro Amanhã (Demain). O que fazia a Secretaria de Economia Solidária, comandada por Paul Singer, era ter o Estado fomentando e contribuindo para o cooperativismo, a economia de pequena escala, o escambo, a circulação local de riquezas.

Diminuir a necessidade de levar nossas riquezas para o sistema financeiro internacional, porque é ele que em última análise fomenta todas as formas de corrupção no Planeta - ele vive das grandes obras e para aprová-las nos parlamentos dos países, compra deputados, senadores e executivos, por meio de seus prepostos dentro do próprio Estado, em Empresas, ONG e de outras formas. Se não enfrentarmos o Sistema Financeiro Internacional criando a partir da base, alternativas de Economia Solidária, não criaremos condições

plenas para a gestão das águas ou para a educação ambiental.

Como é que se enfrenta o sistema financeiro internacional? Os filmes citados dão exemplos de como a resistência se multiplica em todo o planeta. Grupos de ativismo. De compra solidária, aproximando agricultores e consumidores. Por exemplo, em Bristol, uma cidade da Inglaterra, tem um prefeito que recebe todo o seu salário em moeda local, que não é o euro nem a libra esterlina. A moeda local estimula o prefeito a gastar todo o salário dele no próprio município.

Vocês devem estar pensando: isso não vai nem fazer cócegas no Sistema Financeiro Internacional! É verdade, mas talvez nos potencialize para outros enfrentamentos, como os de oposição às grandes obras vendidas como imprescindíveis, mas muitas vezes fomentadas artificialmente pelo incentivo a questionáveis necessidades materiais simbólicas. Ou para a criação de bancos populares e fundos rotativos. Ou para construir estratégias de pressão para que ocorra a taxação das grandes fortunas, taxação das transações financeiras internacionais, etc.

Acumular forças, ganhar musculatura, fôlego para fazer os enfrentamentos maiores que possibilitariam a construção de outros tipos de governança e governabilidade no e do Planeta. É preciso continuar com as pequenas atividades de resistência sabendo que não vão transformar o sistema, mas cultivarão a dignidade necessária para as grandes transformações.

As outras dimensões que iria falar podem ficar para outro momento. É a da educação, focando no território, na leitura de território integrado, nada de dividir educação formal, não formal, informal, tem que ser integrada.

É um absurdo termos os Ministérios, da Educação, do Meio Ambiente, de um monte de coisas, todos cuidando de partes da educação, fragmentadas, sem coordenação. No território do Município, o mesmo problema – a secretaria estadual de educação cuida das escolas da Rede Estadual, a secretaria municipal, da rede Municipal e dos processos educadores comprometidos com mudanças culturais profundas, ninguém cuida, ou muitos tentam cuidar, batendo cabeça, sem que exista uma instância coordenadora e um Projeto Político Pedagógico da Educação Ambiental de todos os municípios.

A quarta dimensão é a questão do ambientalismo, que foi aqui pontuado

em suas vertentes da ecologia profunda, da ecologia social e política. Nenhuma é melhor que a outra, todas têm que trabalhar em sinergia cumprindo o mesmo objetivo, que é essa transformação profunda da nossa forma de ser e existir aqui no país. Valeria resgatar a história desse ideário em todo o Planeta e como ele emerge no Brasil e vai tendo os seus conceitos e propostas disputadas nas narrativas de distintos atores sociais, mas não consegue, ainda, percolar de forma transformadora toda a sociedade.

MERGULHANDO (*fique por dentro*)

As novas constituições ecológicas da Bolívia (2009) e do Equador (2008), fundamentadas na cosmovisão andina da Pachamama (Mãe Terra) e nos princípios do “Bem Viver”, da interculturalidade e da plurinacionalidade, representam a vanguarda mundial em termos ecológicos, pois consideram a natureza (a água, os animais, as florestas) não como mero objeto a ser explorado, mas como titular ou sujeito de direitos, alicerçando um novo paradigma.

Leonardo Boff explica que “nas tradições indígenas de Abya Yala, nome para o nosso Continente indioamericano, ao invés de “viver melhor” se fala em “bem viver”. Esta categoria entrou nas constituições da Bolívia e do Equador como o objetivo social a ser perseguido pelo Estado e por toda a sociedade. O “viver melhor” supõe uma ética do progresso ilimitado e nos incita a uma competição com os outros para criar mais e mais condições para “viver melhor”. Entretanto para que alguns pudessem “viver melhor” milhões e milhões têm e tiveram que “viver mal”. É a contradição capitalista. Contrariamente, o “bem viver” visa a uma ética da suficiência para toda a comunidade e não apenas para o indivíduo. O “bem viver” supõe uma visão holística e integradora do ser humano inserido na grande comunidade terrenal que inclui além do ser humano, o ar, a água, os solos, as montanhas, as árvores e os animais (todos merecem existir e conviver conosco, constituindo a grande democracia comunitária e cósmica); é estar em profunda comunhão com a Pacha Mama (Terra), com as energias do universo e com Deus”.

Fontes:

BOFF, L. O novo constitucionalismo ecológico na América Latina. 2013. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Constitucionalismo-ecologico-na-America-Latina/3/27997>.

BOFF, L. O viver melhor ou o bem viver? 2009. Disponível em: <http://www.leonardoboff.com/site/vista/2009/mar27.htm>.